



Nota da ABED sobre nomeações de reitores nas Universidades e Institutos Federais

As Universidades são um patrimônio das sociedades. Nelas são formados seus cientistas e profissionais, gerados e difundidos novos conhecimentos, discutidos os problemas e as soluções aos desafios que afligem a sociedade. No Brasil, a Constituição Federal e a legislação definem que as Universidades possuem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão e que o ensino seja ministrado com base na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e no respeito à liberdade e apreço à tolerância. Estas definições são conquistas importantes da nossa democracia.

No Brasil, as Universidades, nas diferentes áreas do conhecimento (Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes) são regidas pela diversidade e pluralidade típicas de um sistema universitário. Nas últimas décadas cresceram e elevaram sua qualidade e alcance, contribuindo crescentemente para o desenvolvimento do país.

O atual governo federal tem adotado retórica e políticas que ferem os princípios que norteiam a educação superior e desestabilizam o financiamento dos sistemas de pesquisa e de pós-graduação. Uma dessas políticas é a não observância dos processos de consulta e eleição interna ao nomear reitores das Universidades Federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, abandonando uma prática institucionalizada desde a redemocratização.

Ao desrespeitar, reiteradamente, os resultados das eleições internas nos conselhos superiores, o governo federal viola o princípio da autonomia universitária e promove a partidarização e ideologização da alta administração das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, comprometendo um dos pilares básicos da sociedade democrática.